



## **A EFETIVIDADE DO DIREITO PERSONALÍSSIMO DE ACESSO À JUSTIÇA: CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS À LUZ DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO**

*The effectiveness of the very personal right of access to justice: Conciliation and mediation of conflicts in the light of the economic analysis of law*

**Marcelo Negri Soares**

Unicesumar, Maringá, PR, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8798303423669514> ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0067-3163>

E-mail: [negri@negrisoares.com.br](mailto:negri@negrisoares.com.br)

**Maurício Avila Prazak**

Escola Paulista de Direito - EPD, São Paulo, SP, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3015754339985752> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2505-1379>

E-mail: [mauricio.prazak@ibrei.org](mailto:mauricio.prazak@ibrei.org)

**Júlia Ribeiro de Rezende**

Escola Paulista de Direito - EPD, São Paulo, SP, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8453982600716113>

E-mail: [negri@negrisoares.com.br](mailto:negri@negrisoares.com.br)

Trabalho enviado em 07 de outubro de 2021 e aceito em 26 de abril de 2022



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



Rev. Quaestio Iuris., Rio de Janeiro, Vol. 16, N.01., 2023, p. 201-237.

Benedicto de Vasconcellos Luna Gonçalves Patrão, Carolyne Ribeiro

DOI: 10.12957/rqi.2023.62875

## RESUMO

As formas alternativas de soluções de conflitos já podem ser presenciadas em diversos campos do direito. A partir da Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça, os procedimentos de conciliação e mediação têm sido estimulados no país como forma de combate à morosidade da justiça, enfrentamento da crise da jurisdição e promoção de um processo de desjudicialização pelo qual o Brasil vem passando. Nesse sentido, o presente artigo trata da análise das experiências das soluções alternativas de controvérsias e sua relação com a Análise Econômica do Direito. Seu objetivo foi verificar como a realização desses procedimentos alternativos é realizada, bem como se essa possibilidade oferece segurança jurídica e efetividade jurisdicional ao cidadão. Para tanto, realizou-se um estudo bibliográfico e legislativo. Perpassou-se por uma abordagem histórica da crise da jurisdição brasileira e suas consequências, e do surgimento dos institutos da mediação e da conciliação, e a aplicação desses na realidade brasileira, relacionando com a Análise Econômica do Direito.

**Palavras-chave:** Análise Econômica do Direito. Formas Alternativas de Resolução de Conflito. Mediação. Morosidade da Justiça

## ABSTRACT

Alternative forms of conflict resolution can already be seen in several fields of law. Since Resolution No. 125, of November 29, 2010, of the National Council of Justice, conciliation and mediation procedures have been encouraged in the country as a way of combating the slowness of justice, facing the crisis of jurisdiction and promoting a process of de-judicialization that Brazil has been going through. In this sense, this article deals with the analysis of the experiences of alternative dispute solutions and their relationship with the Economic Analysis of Law. Its objective was to verify how these alternative procedures are carried out, as well as whether this possibility offers legal certainty and jurisdictional effectiveness to the citizen. Therefore, a bibliographical and legislative study was carried out. It was permeated by a historical approach to the crisis of Brazilian jurisdiction and its consequences, and the emergence of mediation and conciliation institutes, and their application in the Brazilian reality, relating to the Economic Analysis of Law.

**Keywords:** Economic Analysis of Law. Alternative Forms of Conflict Resolution. Mediation. Slowness of justice

## 1. INTRODUÇÃO

Quando a estrutura do Poder Judiciário brasileiro foi pensada há um bom tempo atrás, não se imaginava, naquela época, e isso é extremamente compreensível, o quanto a população do país iria crescer, se desenvolver e se aperfeiçoar, seja no aspecto tecnológico, seja nas diferentes formas de se realizar negócios e de se criar relacionamentos interpessoais.

O fato é que todos esses eventos vêm acontecendo ao longo dos anos de maneira rápida e dinâmica. Como consequência, o próprio corpo social e o Direito, que por sua vez, regula as relações e organizações de uma sociedade, precisaram se adaptar e modificar, de modo que fosse possível atender às demandas que fossem surgindo.

Porém, por uma série de fatores, o Poder Judiciário, ramo do Direito e componente estrutural da organização jurídica da sociedade, demorou a se adaptar a essas novas realidades. Essa demora, no entanto, foi fruto de uma insistência em um modo de judicialização tradicional que não foi capaz de absorver todas as variantes sociais que a esse poder recorriam.

Esse modo tradicional ora citado, engloba, principalmente, dois quesitos, o primeiro referente a uma cultura judicial adversarial, comum no seio brasileiro e, de certa forma, estimulada pela maneira como os processos sempre foram conduzidos, em que se notava a existência de vencedores e perdedores de demandas judiciais. E, outro quesito, por sua vez, refere-se à falta de investimentos estruturais ao Poder Judiciário em sentido amplo, como servidores, mecanismos e instrumentos capazes de permitir a possibilidade de oferecimento de um serviço judicial estatal efetivo e eficiente.

Diante disso, outra consequência não seria previsível senão a que se tornou uma realidade que perdura até os dias atuais: a morosidade da justiça. Um poder Judiciário moroso é aquele que não é capaz de promover o efetivo acesso à justiça com uma resposta em tempo razoável ao cidadão, sendo alvo de descrença, críticas e questionamentos acerca da necessidade e efetividade de seu papel enquanto instituição detentora do monopólio de dizer e aplicar o Direito.

No intuito de mudar esse contexto, o Poder Judiciário passou a se mobilizar e uma das mais admiráveis e pertinentes mudanças que foram realizadas ao longo dos últimos anos foi o estímulo à criação de uma cultura não adversarial e sim conciliatória. Para tanto, surgiram institutos como a arbitragem, a mediação e a conciliação, que são os chamados meios alternativos de resolução de conflitos.

Desde o ano de 2010, mais precisamente a conciliação e a mediação, objeto de discussão do presente estudo, vêm sofrendo intensas regulamentações e adaptações de modo a efetivar ainda mais a sua implementação. Essas regulamentações são realizadas pelo Conselho Nacional de Justiça e seus órgãos adjacentes, como a Corregedoria Nacional de Justiça.

Num primeiro momento os procedimentos de conciliação e mediação eram realizados nos ambientes das serventias judiciais, como os Centros Judiciários de Resolução de Conflitos. Porém, a partir do ano de 2015, esse rol foi ampliado. O ano de 2015 é conhecido pelo marco legal da conciliação e da mediação, a primeira, por meio da entrada em vigor do novo Código de Processo Civil e a segunda pela publicação da Lei de Mediação.

Após esses eventos, houve um estímulo muito grande às tentativas de se resolver as demandas judiciais de maneira conciliatória e alternativa, sendo possível, inclusive, a sua realização, em qualquer etapa processual.

Para tanto, a pesquisa se organiza em capítulos que se subdividem em três grandes eixos: a morosidade do Poder Judiciário, a importância dos meios extrajudiciais de resolução de conflitos e a abordagem desses meios diante da Análise Econômica do Direito.

Após uma breve introdução onde se contextualiza toda a pesquisa, o capítulo dois adentra na questão da crise da jurisdição, realizando um recorte histórico e crítico sobre a morosidade da justiça brasileira e como ela se tornou uma consequência da sobrecarga do Poder Judiciário, destacando como os meios alternativos de solução de conflitos foram surgindo em meio a essas turbulências.

Adiante, no capítulo três, é realizado um estudo sobre os meios extrajudiciais de resolução de conflitos propriamente ditos, destacando-se o instituto da conciliação frente à sua regulamentação pelo Código de Processo Civil de 2015 e o instituto da mediação diante da sua regulação advinda da Lei nº 13.140, também do mesmo ano.

Já no capítulo quatro busca-se uma análise de como os institutos da conciliação e da mediação se relacionam com os fundamentos da Análise Econômica do Direito.

As considerações finais, por sua vez, apenas reforçam o que fora previamente proposto quando se imaginou realizar o presente estudo: não só o direito brasileiro, mas a própria dinâmica atual do planeta, caminha para uma desburocratização dos instrumentos judiciais tradicionais mas, que, ao mesmo tempo, ofereça segurança jurídica, celeridade e garantia de direitos.

Como se nota, a presente pesquisa apresenta vertentes metodológicas teórico-dogmáticas ao propor um estudo baseado em um levantamento bibliográfico; e jurídico-compreensivas, tendo em vista que, a partir desse levantamento, as ideias são organizadas de maneira crítica e analítica, no qual permite-se não apenas a sua compreensão, como também a sua comparação e eventual confrontamento.

## **2. A SOBRECARGA DO JUDICIÁRIO E A IMPORTÂNCIA DOS MEIOS EXTRAJUDICIAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS**

O Poder Judiciário brasileiro vem sofrendo importantes transformações ao longo dos últimos cinco anos, frutos de uma mudança de postura e consequentemente de uma tradição jurídica pautado em um modelo de processo que já não comporta as novas e complexas relações sociais que originam as mais diversas demandas jurídicas.

O presente capítulo busca propõe realizar uma reflexão sobre três pontos importantes atinentes ao Poder judiciário: a crise da jurisdição, como ela se originou a partir do modelo estrutural imaginado quando da sua criação no direito brasileiro, a morosidade da justiça brasileira, que é a principal consequência dessa crise que coloca em xeque a efetividade do sistema jurídico e o histórico dos meios alternativos de resolução de conflitos, que foi a saída viável para enfrentamento da crise e reestruturação do modelo adversarial processual até então vigente.

De início, nota-se que a chamada crise do Poder Judiciário foi uma conjunção de fatores que levaram a uma falta de prestação jurisdicional adequada ao cidadão. Isto porque a população brasileira cresceu e se desenvolveu ao longo do tempo, além disso, houve sensíveis mudanças em outras áreas da sociedade, como o desenvolvimento tecnológico, novas formas de interação e relacionamentos, o que levou à criação de novos direitos e novas formas de negócios jurídicos. Desse modo, outra consequência não seria possível senão o surgimento de novos modos de existirem lesões à direitos e novas formas de se buscar a tutela estatal.

Todos esses elementos contribuíram para o abarrotamento do Poder Judiciário, pois a quantidade de processos e suas complexidades começaram a aumentar significativamente e a estrutura disponível, incluindo-se aqui servidores e investimentos, não conseguia comportar esse grande fluxo.

Somado a isso, destaca-se também a cultura adversarial que sempre existiu na sociedade brasileira, em que se imaginava haver um vencedor e um perdedor quando do desenvolvimento de uma relação processual.

Com esse abarrotamento, o Poder Judiciário viu-se diante de um sufocamento causado pela quantidade de demandas que chegavam a ele o que acarretou no questionamento do seu papel que passou a ser mais moroso, demorado, causando um sentimento de descrédito no cidadão brasileiro que via-se impelido a buscar seus direitos constitucionais de garantia de tutela adequada, justa e de razoável duração.

Nesse contexto de falha na prestação jurisdicional, pouca eficácia e efetividade foi necessário imaginar uma forma de desafogar o Poder Judiciário e, ao mesmo tempo, reforçar seu papel e oferecer segurança jurídica aos indivíduos que dele esperam alguma resposta, culminando assim no reconhecimento da importância dos meios alternativos de resolução de conflitos.

Como se nota a seguir, a partir dessa observação procura-se desenvolver no contexto social brasileiro uma nova cultura processual que se harmonize com o protagonismo dos participantes de determinada demanda, no estímulo à conciliação e à autocomposição e numa readaptação do próprio direito como um todo aos novos anseios sociais.

Nota-se também como o Estado necessita promover um reaparelhamento do Poder Judiciário para que este reafirme seu papel e se reorganize para promover com eficiência e efetividade a devida tutela àquele cidadão que enxerga nele uma fonte de poder capaz de determinar os rumos das garantias de seus direitos.

Fato é que a crise da jurisdição, em alguma medida, sempre vai existir, pois o direito acompanha as demandas sociais conforme estas vão surgindo com o desenvolvimento, dinamismo e complexidade da sociedade. Por outro lado, a morosidade nem sempre pode ser uma consequência dessa crise se a esfera responsável possuir meios que garantam a plenitude de sua atuação.

## **2.1 Crise da jurisdição**

Ao longo dos últimos anos, é possível notar que o Poder Judiciário assumiu um protagonismo no contexto social brasileiro, seja pela intensificação do fluxo de informações relativas a processos, principalmente de corrupção, por meio dos mais diversos tipos de mídias, possibilitado pelo avanço tecnológico que dinamizou o acesso, seja pelo interesse da população pela atuação desse setor refletido pela alta demanda de ações judiciais que tramitam



no país.

Como consequência, um tipo de lupa sobre as falhas do judiciário parece ter sido colocado e qualquer pessoa com o mínimo de acesso é capaz de tecer os mais diversos tipos de críticas a esse poder. Nesse contexto, as críticas mais comuns e de fácil identificação quase sempre estão relacionadas com a demora na prestação de serviço dessa esfera do serviço público.

O anseio da população brasileira por uma melhora no sistema judiciário apenas reflete que ele passa por uma espécie de crise, necessitando de uma reestruturação que seja capaz de atender com qualidade todas as demandas que surgem conforme aumenta-se a complexidade social.

Afirmar que o Brasil se encontra em uma crise de jurisdição que dura há bastante tempo não é uma afirmação completamente infundada. A estrutura do poder judiciário brasileiro não é capaz de recepcionar de maneira satisfatória a quantidade de demandas que chegam até ela. Além disso, a maneira como o processo decisório foi estabelecida é um fator que reforça esse entendimento, posto que, até então, havia uma super concentração de poder decisório nas mãos do juiz, o que criou uma cultura de se esperar do judiciário, por meio de uma sentença judicial, a solução definitiva das ações (PELLEGRINI; SIMINIONI, 2015).

Lado outro, ter a figura do juiz como o centro do poder decisório nada mais é do que uma imposição dada pela estrutura verticalizada do Poder Judiciário. Esse cenário, no entanto, começou a mudar em 2015, quando houve um maior incentivo, com o marco normativo da conciliação e mediação, promovendo uma nova cultura de aceitação de novos personagens na seara judicial. Os integrantes do processo, passaram a ser estimulados a ser mais cooperativos e participativos, de modo que se abriu a possibilidade de uma infinidade de questões que admitam a autocomposição e formas alternativas de resolução de conflito não dependerem de todo o trâmite processual para alcançar uma solução justa.

Porém, é necessário compreender a chamada crise da jurisdição, tendo em vista que as mudanças citadas são nada mais do que um reflexo positivo dela, onde nota-se um declínio da estrutura jurídica tradicional que busca se reinventar para atender às demandas sociais. Conforme ensina Pellegrini e Simioni (2015, p. 124), esse modelo “sedimentado em nossa sociedade por meio da racionalidade liberal e do formalismo positivista, está em decadência em razão do desajuste deste com a realidade, sobretudo ante a complexidade inerente ao mundo moderno.”

Referida crise é desencadeada por muitos motivos: políticos, sociológicos, estruturais, e tem como principal reflexo o fato de a população não ter resposta efetiva do poder judiciário num prazo considerado razoável. Nesse sentido pode-se afirmar que não existe uma única solução adequada que reverta de maneira instantânea a situação. Também parece correto dizer que a superação dessa crise não depende exclusivamente do Poder Judiciário (BERTONCINI, 2018).

A crise da jurisdição existe a partir de uma conjugação de fatores que são paradoxos entre si, pois de um lado tem-se uma busca pela segurança jurídica a partir de decisões mais uniformes e sistematizadas por meio dos códigos e demais instrumentos normativos e, de outro, um mundo contemporâneo dinâmico que parece não se coadunar integralmente com a maneira com a qual o poder judiciário foi idealizado (PELLEGRINI; SIMIONI, 2015). Além disso, o modelo de um sistema jurídico positivista como o brasileiro parece contribuir com uma estagnação e dependência dos próprios operadores do direito que procuram buscar de maneira restrita à lei o desenvolvimento de suas atividades em detrimento de um direito simplificado (STRECK, 2014).

Logo, o esgotamento das tradicionais formas de tratamento de conflitos denota uma crise de legitimação do Poder Judiciário, além de contribuir para a baixa credibilidade quanto à efetividade jurisdicional. O que se dá em grande parte pelo fato de que o processo passou a ser um produto mercadológico, em que se tem uma superpopulação de advogados no mercado, sendo que a cada seis meses se formam mais, na busca de desajustes que podem ser judicializados.

Agregue-se a isso a visão distorcida da máxima do acesso à justiça, pois a lógica atual é a de que o Judiciário deve atuar como regra para solucionar todos os conflitos, não mais agindo por exceção, abalando sobremaneira o preceito da pretensão resistida. (PELLEGRINI E SIMIONI, 2015, p. 126).

Nesse sentido, outros fatores como o fato de Estado ser o responsável pela manutenção da estrutura e centralização do Poder Judiciário, a quantidade de processos que cresce a cada ano, a burocratização da forma tradicional de tratamento de conflitos e o estímulo à uma cultura conflitiva que transmite a ideia de ganhadores e perdedores de ações processuais, culminam num entendimento e numa percepção de demora na tomada de decisões, ineficiência e deslegitimidade do poder judiciário (PELLEGRINI E SIMIONI, 2015).

Todas essas circunstâncias orientam para uma releitura da funcionalidade da jurisdição, demonstrando que à medida que as formas tradicionais de aplicação do Direito não são capazes de realizar-se plenamente, abre-se espaço para que formas alternativas com os





mesmos fins surjam e ganhem espaço no intuito de garantir celeridade, pragmaticidade e informalização daquilo que antes era monopólio apenas do Estado. É o caso dos procedimentos da mediação, da conciliação e da arbitragem (SPENGLER, 2011).

A partir dessa nova realidade o próprio Direito vê-se compelido a se adaptar às novas categorias, aos novos atores e às novas formas e tipos de demandas não absorvidas pelo judiciário devido às suas deficiências estruturais. A crise do Poder Judiciário, que reflete sua morosidade, é uma crise do Estado e da sua relação com o Direito que coloca como centro das atenções o questionamento acerca da sua eficiência (SPENGLER, 2011).

A eficiência, portanto, parece ser medida a partir da capacidade de absorção do Poder Judiciário das novas formas de demandas que vão surgindo com a complexidade social e absorvidas pelo Direito em um primeiro momento. Logo, ainda que apresente deficiências aparentes, a crise talvez não existiria se a estrutura da justiça ainda fosse capaz de promover respostas justas em tempo razoável, não afetadas por fatores externos como crises políticas e formalidade burocráticas.

Consequentemente, a prática judicial de formas diferenciadas e não estatais de tratamento de conflitos criou um pluralismo de fontes de produção/ordens normativa constituídas à margem da jurisdição convencional operando com justiças não profissionais baseadas em critérios de racionalidade material, deflagrando, no Judiciário, uma crise de identidade funcional. Além da crise de identidade funcional, a crise do Poder Judiciário pode ser identificada, ainda, como uma crise de identidade e de eficiência. Enquanto crise de identidade, pode-se vislumbrá-la por um certo embaçamento do papel judicial como mediador central de conflitos, perdendo espaço para outros centros de poder, talvez mais aptos a lidar com a complexidade conflitiva atual, mais adequados em termos de tempo e espaço. Não se pode perder de vista, também, que o aparato judicial, para tratar os conflitos atuais, serve-se de instrumentos e códigos muitas vezes ultrapassados, ainda que formalmente em vigor, com acanhado alcance e eficácia reduzida. Tal eficácia e alcance muitas vezes atingem somente os conflitos interindividuais, não extrapolando o domínio privado das partes, encontrando dificuldades quando instado a tratar de direitos coletivos ou difusos. (SPENGLER, 2011, p. 16).

O descompasso entre o que o judiciário tem para oferecer e a procura que ele recebe, em termos quantitativos e qualitativos, floresce ainda mais o sentimento de morosidade. Além disso, o modelo tradicional de ritos processuais ainda desfavorece o acesso à justiça pela parte mais desfavorecida da população, posto que as circunstâncias mais afastam do que aproximam o cidadão da justiça, gerando neste um sentimento de descrença proveniente inclusive, dentre outros fatores, da própria linguagem utilizada no contexto judicial e a complexidade dos litígios (SPENGLER, 2011). A lei é feita para melhorar e organizar a vida social, mas, parece distanciar-se da sociedade ao não promover o tratamento adequado aos conflitos.



No mesmo contexto, a crise de eficiência da jurisdição é consequência de outros pontos de ruptura: primeiramente, uma crise estrutural, traduzida pelas dificuldades quanto à infraestrutura de instalações, de pessoal, de equipamentos, de custos; posteriormente, pode-se verificar uma crise objetiva, especialmente relacionada à linguagem técnico-formal utilizada nos procedimentos e rituais forenses, a burocratização, a lentidão dos procedimentos e o acúmulo de demandas. Ainda, a crise subjetiva ou tecnológica se verifica ante a incapacidade dos operadores jurídicos tradicionais de lidarem com novas realidades fáticas que exigem não só reformulações legais, mas também a mudança cultural e de mentalidade, especialmente quanto ao mecanismo lógico-formal que já não atende – se é que algum dia atendeu – às respostas buscadas para os conflitos contemporâneos. Por fim, vem a crise paradigmática, que diz respeito aos métodos e conteúdos utilizados pelo Direito para buscar o tratamento pacífico dos conflitos partindo da atuação prática do direito aplicável ao caso sub judice. SPENGLER, 2011, p. 18-19).

O judiciário ora em crise deve procurar maneiras de lidar com a realidade de suas falhas, assumindo um olhar mais atento e que coadune com os anseios da sociedade que, por sua vez, não deve idealizar essa esfera do poder como único meio de dizer o direito e nem como um poder descartável, pois é uma instituição que possui uma importante função dentro da estrutura democrática do país.

As legislações mais modernas, que procuram combater a morosidade e o descrédito que vem sofrendo a justiça nacional, baseiam-se em concepções contemporâneas do Direito, ou seja, capazes de solucionar conflitos individuais e coletivos indo de encontro aos formalismos e ao individualismo que ainda é bastante notado na cultura jurídica brasileira. É importante compreender que o processo está para além da parte, além do individualismo; e essa compreensão deve considerar as estruturas socioeconômicas da sociedade. Lado outro, o formalismo também precisa ser desmistificado e não ser entendido como uma espécie de segurança jurídica insensível à profundidade das mudanças sociais (SPENGLER, 2011).

As chamadas reclamações, que surgem com a função idealizada e a realidade apresentada pelo Poder Judiciário, tentam abrir o caminho para que a definição clara dessa função seja realizada, bem como quais reformas estruturais merecem ser realizadas para atingir esse fim e, desse modo, seja possível rever a chamada crise do judiciário. As reclamações existem e fomentam um sentimento de descrença por parte de quem se vale do Poder Judiciário, justamente porque são resultados dessa crise pela qual essa esfera vem passando. É necessário que o judiciário reafirme o seu papel para que ele não seja objeto de questionamentos acerca da sua utilidade (ZAFFARONI, 1995). A capacidade do Poder Judiciário lidar com as novas áreas de atuação que vem surgindo em decorrência do desenvolvimento social e da globalização econômica “especialmente quanto aos excluídos economicamente que perdem,

progressivamente, as condições materiais de exercer seus direitos básicos”, mas que ainda devem ser cumpridores de seus deveres, bem como a capacidade de ser um eficiente gestor de conflitos é uma estratégia para reafirmar o seu papel (SPENGLER, 2011, p. 21).

Deve-se partir da ideia “do consenso e da jurisconstrução” em que o Estado diz o direito – sua função – legitima a lei e o judiciário protagoniza o tratamento de litígios considerando o papel dos envolvidos no processo e analisando a sua complexidade. Superar a crise da jurisdição e sua morosidade requer ir além da reorganização da justiça e do reaparelhamento do Estado, mas, passa também, pela revisão do papel dos operadores do Direito e pelas formas de legitimação razoáveis de democratização (SPENGLER, 2011, p. 22). Logo, a morosidade é combatida pela harmonia dos papéis e funções de cada um dos atores envolvidos

É essencial que haja um trabalho conjunto dos diversos órgãos que compõem a estrutura governamental do Estado com ações voltadas ao fomento de um comportamento menos conflitivo e mais resolutivo nos limites do Estado de Direito, a fim de se evitar “o verdadeiro entupimento das vias judiciais pelo excesso de processos” (BERTONCINI, 2018).

Diante do exposto, necessário um diálogo acerca da morosidade do Poder Judiciário, tendo em vista ser esta a principal consequência da crise da jurisdição e a principal queixa dos cidadãos que recorrem a esse poder e não tem uma resposta célere na solução do seu problema. Afinal, pergunta-se, a morosidade é por si só apenas uma consequência de uma série de fatores ou uma característica cultural da justiça brasileira?

## 2.2 A morosidade da justiça brasileira

O judiciário brasileiro sempre recebeu críticas, de uma maneira geral, sobre sua eficácia. É comum notar na sociedade nacional acusações acerca da morosidade da justiça, seja pela cultura de buscar criar leis para as mais infinitas eventualidades, seja pelo fato de um país com dimensões continentais e extremamente populoso apresentar um número elevado de demandas judiciais, culminando na sobrecarga do poder judiciário.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, chamada de Constituição cidadã por ter ampliado o rol de direitos e garantias fundamentais e o acesso à justiça, houve um aumento massivo de demandas judiciais, principalmente de cunho social, como consequência houve uma espécie de congestionamento de ações, vez que o poder judiciário além de despreparado não tinha estrutura suficiente para lidar com o aumento de número de causas que, principalmente, acompanhavam a mudança e o movimento da sociedade. Seria necessária uma melhor reorganização (PONCIANO, 2017).



Diante desse cenário caótico a Emenda Constitucional nº 42/2004 procurou se preocupar com o tempo de duração de um processo judicial, o que resultou no reconhecimento do princípio da duração razoável do processo. A existência desse princípio apenas reflete o dinamismo da sociedade que, por sua vez, não ocorre de maneira tão instantânea no judiciário. A morosidade é resultado de um conjunto de diferentes fatores que vão além de uma cultura litigante, como má-gestão, carência de número de servidores, falta de uma melhor infraestrutura, maior democratização no acesso à justiça e burocratização (PONCIANO, 2017).

Essa cultura litigiosa, consequentemente, leva a uma espécie de inércia processual, o que não necessariamente é uma inércia em si, mas, uma demora na resolução de demandas que ficam por muito tempo estagnadas, é a chamada morosidade da justiça que, por sinal, vai de encontro ao princípio constitucional da duração razoável do processo, previsto no art. 5º, inciso LXXVIII, da Constituição da República de 1988, que prevê que “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.” (BRASIL, 1988).

O Conselho Nacional de Justiça (2014), por meio da sua ouvidoria recebe diversos tipos de demandas da população, em sua maioria reclamações, sendo que muitas delas, em número expressivo, são relativas à morosidade processual. A título comparativo, em 2014, um ano antes da entrada em vigor do novo Código de Processo Civil, que já apresenta um caráter mais conciliatório em busca de celeridade, foram registradas 2.306 reclamações “relacionadas à demora no julgamento de ações judiciais”, já nos primeiros três meses de 2020, mais de quatro anos de novo Código em vigor, a morosidade processual no poder judiciário já era alvo de 3.312 reclamações no canal (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2020).

Ainda de acordo com o órgão, as reclamações, após apuradas, são enviadas para os respectivos tribunais alvos das demandas, para que o problema possa ser identificado e, eventualmente, melhorado ou resolvido, além de servir de base para se planejar a melhora no atendimento ao cidadão (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2020).

É importante observar que uma justiça morosa não necessariamente se relaciona com uma decisão rápida, o que pode gerar ainda mais injustiça. A duração razoável do processo deve ser encarada como um processo que foi amadurecido, em que as partes tiveram seus direitos de manifestação, contraditório e ampla defesa, ouvidos e respeitados e como reflexo disso, uma sentença justa, imparcial e de qualidade executada.

No âmbito do direito positivo, o tempo do processo judicial é o tempo diferido, encarado como sinônimo de segurança e concebido como uma relação de ordem e autoridade, representada pela possibilidade de esgotamento de todos os recursos e procedimentos numa ação judicial. Cada parte, intervindo no momento certo, pode apresentar seus argumentos e ter a garantia de ser ouvida na defesa de seus interesses. O tempo diferido é utilizado como instrumento de certeza, na medida em que impede a realização de julgamentos precipitados, sem o devido distanciamento com relação aos acontecimentos que deram margem à ação judicial. O tempo da economia globalizada é o tempo real, o tempo da simultaneidade. (FARIA, 2014, p. 115).

O liame entre a celeridade e a qualidade de uma decisão judicial é uma linha tênue que esbarra na morosidade da justiça. Afinal, cabe à Administração pública oferecer serviços eficientes e eficazes, porém, um processo extremamente célere não é sinônimo de um processo justo.

Quando o juiz profere uma sentença dentro do prazo legal/razoável, ele foi eficiente, pois fez "certo a coisa". Contudo, isso basta? É suficiente cumprir prazos para que se possa falar em fazer justiça de fato? Não, é preciso também que o juiz atue com eficácia, principalmente quando se exige maior reflexão sobre o caso, fazendo "a coisa certa", proferindo uma sentença fundamentada, adequada, justa, que analise as peculiaridades do caso concreto. Assim, o ideal é "fazer certo a coisa certa" (eficiência e eficácia reunidas). (PONCIANO, 2017).

A soma de todos esses apontamentos leva ao congestionamento do judiciário, portanto, qual seria a solução para esse problema? De acordo com Lisboa (2011), o ideal seria buscar uma melhor preparação do profissional do Direito, de modo a fomentar nele um espírito mais conciliatório que, ademais, é o proposto pelo novo Código de Processo Civil, desse modo, uma demanda judicial seria uma espécie de última alternativa para a resolução de uma demanda que não pôde ser feita valendo-se dos meios alternativos de resolução de conflitos. Um segundo passo seria a criação de câmaras especializadas, que é o que já vem ocorrendo também desde 2015 com o advento das serventias extrajudiciais e a instituição do incidente de resolução de demandas repetitivas e, por fim e, de fato, mais importante, seria necessário um melhor aparelhamento estatal de todo o poder judiciário desde investimentos em servidores até em tecnologia.

Especificamente no tocante ao aparelhamento estatal, a falta de juízes é uma das características mais marcantes em relação ao excesso de demandas, conforme aponta o Conselho Nacional de Justiça, no ano de 2016:

No Brasil há 8,2 magistrados para cada 100.000 habitantes, enquanto que a média nos países europeus é de 17,4. Na prática, os juízes brasileiros recebem o dobro de novos casos por ano em relação aos europeus, e esse volume só cresce, desenhando um cenário que começa a revelar o que está por trás dos problemas. Os Judiciários estrangeiros que funcionam melhor têm mais juízes e um número infinitamente menor de processos. Já a nossa taxa de congestionamento cresce naturalmente, seja pela grande quantidade de processos tramitando, seja pelo choque de decisões provisórias a que o sistema está sujeito. [...] O excesso de demanda dentro do sistema é apontado como a causa fundamental da morosidade. (BODAS, 2017).

Considerando, portanto, todos esses apontamentos, é inegável que a sociedade brasileira tem uma cultura litigiosa. Esse excesso de judicialização não fora pensado quando da criação da estrutura do poder judiciário no século passado. Além disso, a demanda era menor e o próprio universo jurídico não acompanhou o desenvolvimento da sociedade, buscando adaptar-se à sua realidade de maneira lenta, onde alterações legislativas levam tempo, como é o caso do próprio Código Penal, por exemplo, que é uma lei de 1940.

Diante dessa realidade, houve uma necessidade do Estado se adaptar e buscar meios de solucionar demandas judiciais, evitando-se, desse modo, que elas se prolonguem ao longo dos anos. Nesse contexto, começam a surgir incentivos de formas alternativas para a solução de conflitos, como a mediação e a conciliação, criando-se e incentivando-se uma cultura não de evitar ações no judiciário, mas, de buscar o judiciário como legitimador daquela solução alternativa que, não necessariamente, precisará seguir todo trâmite recursal e litigioso.

Outra peculiaridade brasileira é que 51% dos 95 milhões de processos em andamento no país são ações para recuperar valores devidos por pessoas e empresas aos estados, municípios ou à União. [...] Esses processos são os principais responsáveis pela alta taxa de congestionamento do Judiciário, representando quase 40% do total de casos pendentes. Ou seja, governos, bancos, companhias telefônicas e INSS respondem por boa parte das ações judiciais em andamento no Brasil e congestionam a Justiça com demandas repetitivas, que poderiam ser solucionadas pelas Agências Reguladoras ou pela Administração Pública. [...] Mais um nó está na Justiça do Trabalho: são 11.000 ações trabalhistas por dia, em média. [...] O excesso de recursos é apontado como outro agravante. (BODAS, 2017).

Independente dos motivos que justifiquem a morosidade da justiça, cabe ao Estado enquanto responsável pela operacionalização do poder judiciário promover meios de incentivar a cultura da autocomposição e do consenso, de modo a fornecer instrumentos de se implantar uma cultura de desjudicialização e da

pacificação social, o que vem ocorrendo principalmente a partir de 2015 quando do advento do novo Código de Processo Civil, Lei nº 13.105/2015 e da Lei de Mediação nº 13.140/2015.

Nesse sentido, faz-se necessário compreender a maneira como se desenvolveu e como vem sendo tratados os meios alternativos de resolução de conflitos no âmbito do judiciário nacional, bem como suas regularizações e mecanismos de implementação como medida de incentivo ao desafogamento do judiciário e, conseqüentemente, como ferramenta de combate à morosidade do sistema de justiça.

### 2.3 Histórico dos meios alternativos

As relações sociais, ao se dinamizarem com o passar do tempo, tornaram-se mais complexas, gerando impactos de diversas ordens, inclusive econômicas. Nesse contexto, novas formas de demandas começaram a ser recepcionadas pelo Direito a partir dessas transformações, o que levou a criação não só de novos direitos, mas de novas formas de resolver os conflitos que já não comportam um modelo tradicional de litígio.

Exemplo disso é a evolução tecnológica, que mudou os rumos da sociedade com as empresas de internet e telefonia, dinamizando o fluxo de informações trocadas entre os indivíduos e novas formas de consumo. Surgiram, conseqüentemente novas formas de prestações de serviços, de contratos, de proteção de direitos, principalmente da personalidade e de lesões sofridas.

Todo esse desenvolvimento que foge ao padrão anteriormente imaginado para o Poder Judiciário é um fator que influencia na chamada crise da jurisdição, que culmina na morosidade da justiça. Conforme já mencionado, falta uma sensível melhora em todos os aspectos do aparato judicial para que seja possível ao estado, por meio dessa esfera de poder, prestar um serviço jurisdicional justo e célere, atendendo aos princípios da duração razoável do processo e do acesso à justiça que, aliás, não se conceituam agora, apenas como uma possibilidade de acesso do cidadão à efetividade da justiça garantida por uma resposta do judiciário.

A expressão “acesso à justiça” é reconhecidamente de difícil definição, mas serve para determinar duas finalidades básicas do sistema jurídico - o sistema pelo qual as pessoas podem reivindicar seus direitos e/ou resolver seus litígios sob os auspícios do Estado. Primeiro, o sistema deve ser igualmente acessível a todos; segundo, ele deve produzir resultados que sejam individual e socialmente justos. (CAPPELLETTI; BRYANT GARTH, 1988, p. 8).



Nesse sentido, passou-se a imaginar maneiras de promover uma espécie de adaptação do Poder Judiciário às novas complexidades da realidade social. É nesse contexto que maneiras alternativas de resolução de conflitos começam a ganhar espaço, promovendo-se uma mudança cultural em que se estimula a possibilidade do consenso e da autocomposição, e o Poder Judiciário passa a ser um intermediador e não apenas um detentor exclusivo da palavra final de uma demanda judicial.

Cabe destacar, que conforme ensina Simão (2015, p. 5), o Conselho Nacional De Justiça precisa estar atento ao objetivo fundamental da efetividade processual, sendo esta compreendida como a harmonia entre a celeridade do processo e as garantias constitucionais do devido processo legal e do direito de defesa. Além disso, a efetividade não pode ser confundida com a chamada “eficiência quantitativa” em detrimento da segurança jurídica mínima.

Como marco de todo esse processo, no ano de 2015, passa a vigorar o novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/15) e a Lei de Mediação (Lei 13.140/15), totalmente voltados para um modelo mais conciliatório de processo nas demandas que permitirem a autocomposição, inclusive no âmbito da administração pública.

Na exposição de motivos do Código de Processo Civil, de 8 de junho de 2010, é possível notar uma preocupação em se garantir a realização de direitos do cidadão em conjunto com as garantias constitucionais, quando ameaçados ou isolados, posto que o fato de se constatar uma ineficácia do sistema jurídico é o resultado de um enfraquecimento da sua relação para com a realidade social, o que o torna ineficiente (BRASIL, 2015, p. 24).

O novo Código de Processo Civil tem o potencial de gerar um processo mais célere, mais justo, porque mais rente às necessidades sociais e muito menos complexo. [...] Levou-se em conta o princípio da razoável duração do processo. Afinal a ausência de celeridade, sob certo ângulo, é ausência de justiça. [...] Todas as normas jurídicas devem tender a dar efetividade às garantias constitucionais, tornando “segura” a vida dos jurisdicionados, de modo a que estes sejam poupados de “surpresas”, podendo sempre prever, em alto grau, as consequências jurídicas de sua conduta. (BRASIL, 2015, p. 26-28).



Nesse intento de busca de efetividade, eficiência e harmonização de garantias houve uma atenção voltada aos meios alternativos de resolução de conflitos com vistas a serem instrumentos capazes de contribuir de maneira efetiva aos resultados esperados. Desse modo, “deu-se ênfase à possibilidade de as partes porem fim ao conflito pela via da mediação ou da conciliação. Entendeu-se que a satisfação efetiva das partes pode dar-se de modo mais intenso se a solução é por elas criada e não imposta pelo juiz. (BRASIL, 2015, p. 31).

Conforme aponta CAPPETTETTI e GARTH (1988, p. 6), os meios alternativos de resolução de conflitos são um dos três pilares das soluções que buscam a garantia da efetiva tutela processual aos cidadãos no mundo ocidental como forma de se promover um maior acesso ao sistema de justiça, sendo seguidos pelo “incremento da assistência judiciária aos pobres” e pela “representação dos interesses difusos em juízo”.

Um das inspirações para que o novo Código de Processo Civil fomentasse ainda mais o estímulo aos meios alternativos de resolução de conflitos, partiu do Direito Alemão a partir do seu também movimento de reforma processual civil, já que antes mesmo desta, já era autorizado aos órgãos do Poder Judiciário daquele país adotarem a tentativa de conciliação extrajudicial, com o comparecimento pessoal das partes, antes de se admitir determinada demanda, caso as circunstâncias assim permitissem. (MOREIRA, 2003, p. 106).

Nesse sentido, a elaboração do novo Código de Processo Civil, buscou “deixar expressa a adequação das novas regras à Constituição Federal da República, com um sistema mais coeso, mais ágil e capaz de gerar um processo civil mais célere e mais justo.” (BRASIL, 2015, p. 37). Concomitante a isso, três meses após a promulgação do Código, surge a Lei de Mediação, em junho de 2015, reforçando ainda mais o caráter, agora mais conciliatório, do Poder Judiciário. Antes desse marco legal da conciliação e da mediação já havia um movimento doutrinário de incentivo a adoção desses modelos pelo sistema jurídico brasileiro, o que levou o Conselho Nacional de Justiça a editar a Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010, que os conceitua como “instrumentos efetivos de pacificação social, solução e prevenção de litígios, e que a sua apropriada disciplina em programas já implementados no país tem reduzido a excessiva judicialização dos conflitos de interesses.” (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2010). Desse modo, estabeleceu-se a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado aos Conflitos de Interesses. Referida Resolução sofreu quatro alterações entre 2016 e 2020, todas voltadas à regulamentação e aprimoramento dessa política.

Esse novo modelo de enfrentamento processual – conciliatório e não adversarial - tende a se apresentar não apenas como um novo olhar sob o Poder Judiciário, mas funciona como uma mudança de perspectiva da chamada crise da jurisdição. A partir dessa mudanças o próprio

cidadão, o Poder judiciário e as pessoas jurídicas que são, durante uma demanda judicial, atores e partes de um processo, passam a se observarem de maneira mais atenta, tendo em vista que a maneira que os contratos e os negócios celebrados entre si é que vai determinar a lesão ou não de um direito e o surgimento ou não de uma eventual ação. E mais, caso não reste outra alternativa a não ser a procura pela tutela jurisdicional do Estado, ainda assim, a autonomia e a autenticidade desses indivíduos determinariam o sucesso de uma possível tentativa de resolução conciliatória.

Compreendido o contexto da evolução dos meios extrajudiciais de resolução de conflitos, é interessante, portanto, observar como funcionam esses instrumentos.

### **3. OS MEIOS EXTRAJUDICIAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS**

Os meios extrajudiciais de resolução de conflitos era uma tendência e hoje são uma realidade no sistema jurídico brasileiro, tendo a sua prática estimulada amplamente pelo legislador pátrio. Esses métodos são a materialização das políticas públicas que tem o escopo de desafogar o Poder Judiciário por meio do diálogo entre as partes, de modo a apresentar um novo modelo, menos centralizado na figura do estatal.

Além disso, os meios extrajudiciais aproximam o judiciário do cidadão comum, na medida em que o acesso a esse poder deixa de ser uma relação de dependência da resposta do estado por meio da figura do juiz e estimula o encerramento da demanda por meio de acordos que observam, prioritariamente, a vontade concreta das partes e não apenas a imposição do entendimento do legislador.

A possibilidade de superar a complexa burocracia do judiciário é uma conquista do cidadão que faz parte do estado democrático de direito onde é possível convergir diversos focos com interesses distintos em um pacto social que atenda ao interesse de todos os envolvidos em determinada situação em que impera uma falta de entendimento entre as partes.

Conforme já explicitado, desde março de 2015, com a promulgação do novo Código de Processo Civil, há um estímulo por parte do legislador brasileiro para que os magistrados busquem aplicar soluções alternativas consensuais na resolução de conflitos, dentre elas, a mediação e a conciliação e porque não dizer, a arbitragem, que existe antes daquelas e não será objeto de estudo do presente trabalho (BRASIL, 2015).

De acordo com Valério (2016), o processo pode acontecer de duas maneiras: por meio de autocomposição (acordo amigável entre as partes) e da heterocomposição (acordo com intervenção do Estado), que, por sua vez, se subdivide em estatal e paraestatal.

A autocomposição, ou composição amigável, técnica de negociação em que as partes chegam ao acordo de vontades sem a intervenção de terceiro, sucede-se à margem de qualquer atividade estatal, funcionando como substitutivo jurisdicional, ou seja, tem por fim prevenir a instalação de um litígio heterocomposto, todavia, nada impede que se chegue a ela posteriormente. A autocomposição, que tem na transação, na submissão e na renúncia, suas formas mais comuns, pode ocorrer em dois momentos distintos: antes da demanda, evitando sua composição, ou durante, pondo, dessa forma, termo ao litígio. [...]

Na heterocomposição existe intervenção jurisdicional do Estado, que pode se materializar frente a um juiz togado, ou árbitro que, embora seja terceiro particular equidistante entre as partes, conta com o amparo legal, inclusive na aplicação de sanções. A heterocomposição, que tanto pode ser estatal ou paraestatal, surge quando um terceiro intervém na disputa, por meio do julgamento togado, da arbitragem, da mediação e da conciliação, para tentar pôr termo à lide. (VALÉRIO, 2016, p. 4).

Nota-se, portanto, que a autocomposição e a heterocomposição possuem premissas e interpretações distintas, com características próprias, conforme observa-se:

**Figura 1: Quadro comparativo entre processos auto e hétero compositivos**

Processos autocompositivos	Processos heterocompositivos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prospectivos</li> <li>• Foco em soluções</li> <li>• Disputa deve ser resolvida</li> <li>• Enfoque pluralista</li> <li>• Uso pragmático do Direito</li> <li>• Formalismo definido pelo usuário</li> <li>• Linguagem e regras simplificadas</li> <li>• Participação ativa das partes</li> <li>• Advogados direcionados a contribuir com soluções negociadas</li> <li>• Foco em interesses</li> <li>• Processo humanizado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Retrospectivos</li> <li>• Foco em culpa</li> <li>• Disputa deve ser vencida</li> <li>• Enfoque monista</li> <li>• Uso dogmático do Direito</li> <li>• Formalismo definido pelo prestador</li> <li>• Linguagem e regras tradicionais</li> <li>• Participação ativa dos operadores do direito</li> <li>• Advogados direcionados a atuar no processo para vencer</li> <li>• Foco em direitos e fatos</li> <li>• Processo positivado</li> </ul>

Fonte: BRASIL,  
2016

Vale dizer que antes dos marcos legais que regulamentam os meios alternativos de resolução de conflitos existente hoje, o judiciário era o único protagonista regulador e aplicador desses meios. Nesse contexto, a partir da Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça, em 2010, o país caminhou para a adoção de um modelo mais sistematizado voltado para a

mediação e a conciliação. Além disso, essa Resolução estabeleceu um Código de Ética e os parâmetros que determinariam o uso desses meios e suas áreas de atuação (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2010).

Posteriormente, surgiram as legislações regulatórias no ano de 2015, conforme mencionado e a Resolução do Conselho da Justiça Federal nº 397 e nº 398, de 4 de maio de 2016, ambas do âmbito da Justiça Federal, todas complementares à Resolução nº 125 e direcionadas à adoção de técnicas e métodos que estimulem o diálogo entre as partes e uma mudança de mentalidade para a criação de uma “cultura de pacificação” (TAKAHASHI et al, 2019).

Em grande parte, esses procedimentos já estão sendo aplicados por tribunais como forma de emprestar efetividade ao sistema. A institucionalização desses instrumentos – ou seja, a inserção desses métodos na administração pública, em especial, no Poder Judiciário – iniciou-se, no final da década de 1970, nos Estados Unidos, em razão de uma proposta do professor Frank Sander denominada Multidoor Courthouse (Fórum de Múltiplas Portas). Esta organização judiciária, proposta pelo Fórum de Múltiplas Portas (FMP), compõe-se de uma visão do Poder Judiciário como um centro de resolução de disputas, proporcionando a escolha de diferentes processos para cada caso, baseando-se na premissa de que existem vantagens e desvantagens em cada procedimento que devem ser consideradas em função das características específicas de cada conflito. Assim, em vez de existir uma única “porta” (o processo judicial) que conduz à sala de audiência, o FMP trata de um sistema amplo com vários tipos distintos de processo que forma um “centro de justiça”, organizado pelo Estado (e apoiado pela iniciativa privada), no qual as partes podem ser direcionadas ao processo mais adequado a cada disputa (BRASIL, 2016).

Portanto, essa nova cultura judiciária que vem sendo criada somente tem a contribuir para a solução amigável de disputas judiciais a partir de uma mudança de perspectiva do papel de cada um dos atores que compõe um processo. Nesse sentido, faz necessário compreender mais detidamente os dois principais instrumentos frutos dessa nova configuração do judiciário, quais sejam, a mediação e a conciliação.

### 3.1 Conciliação e o Código de Processo Civil de 2015

Conforme ensina Simão (2016, p. 5), a palavra conciliação tem sua origem no termo em latim conciliare que pode ser traduzido como ajudar ou harmonizar, configurando-se em um instrumento alternativo de pacificação social. O objetivo da conciliação é, “por meio de sua orientação pessoal e direta” buscar “um acordo satisfatório para ambas” as partes que, por sua vez, “mantém uma relação pontual”, não emocional ou afetiva, logo, sendo utilizada, na maioria dos casos, para solução de problemas patrimoniais, como os decorrentes de acidentes de

trânsito, por exemplo.

No arcabouço dos mecanismos extrajudiciais de resolução de conflitos a conciliação aparece como alternativa, sendo regulada pelo Código de Processo Civil. Esse método conta com a participação da figura neutra e imparcial do conciliador, terceiro que “facilita, identifica e desenvolve possibilidades de comunicação e consenso entre os contraditores” (COSTA; COSTA, 2017, p.14).

Conforme destaca Santos e Lopes (2017), no Brasil é possível notar uma inclinação ao instituto da conciliação desde a época do império, nos séculos XVII e XVIII, quando os ordenamentos legais<sup>2</sup> previam uma atuação do juiz voltada para o questionamento da vontade das partes litigantes acerca do desejo de acordarem entre si. Porém, somente com a Constituição Imperial Brasileira de 1824 que esse instituto adquiriu status constitucional com previsão expressa no artigo 161 desse diploma normativo que previa a tentativa de conciliação antes de se iniciar um processo, o que denota o tamanho da sua importância. Nesse sentido:

Em todas as legislações se tem dado importância similar às tentativas de conciliação, as quais se tem procurado estimular de maneira diversa. Talvez se haja até supervalorizado o significado da conciliação. Com efeito, se bem que nos dissídios coletivos a conciliação deve ser encarada indubitavelmente como um bem a ser ambicionado, porque, junto com o valor justiça está o valor paz, que nesse âmbito possui grande relevância, na ordem dos conflitos individuais a conciliação deve ser encarada em muitos casos como um substitutivo prático da sentença. Já a qualificamos algumas vezes de um mal menor, porque costuma significar o sacrifício de uma aspiração de justiça com vistas a uma solução rápida e segura.

**Se houvesse a segurança de lograr de imediato uma sentença completamente justa, que desse a cada um o que lhe pertence, todos preferiríamos a sentença plenamente justa e instantânea. Precisamente porque não é possível alcançar esse ideal é que surgiu a conciliação. Ou seja, em face da dificuldade em conseguir sempre uma justiça certa, pela inadequação dos meios de prova e de aproximação à verdade, e diante da impossibilidade de lograr uma justiça oportuna pela lentidão dos procedimentos judiciais, almeja-se a conciliação como uma esperança de solução pronta e concreta, ainda que importe ela em renunciar à possibilidade de lograr tudo a que se cria ter direito.** (RODRIGUEZ, 2000, p. 83, grifo nosso).

Em um entendimento menos restrito a conciliação pode ser entendida “como uma espécie de mediação, só que em juízo. O terceiro imparcial aproxima as partes e controla as negociações, podendo apresentar propostas e apontar alternativas, no fim de facilitar e alcançar a autocomposição” (SIMÃO, 2016, p. 5). Esse método pode se desenvolver, basicamente, em quatro etapas: o início, que é a abertura de tentativa, os esclarecimentos, que é o debate e a orientação das partes, a busca de opções para a possível resolução da demanda em curso e a eventual realização de um acordo.

A conciliação e a mediação, até então eram previstos na Resolução n.º 125 do Conselho Nacional de Justiça, que, por sua vez, prevê a necessidade de capacitação dos conciliadores que incentivo à autocomposição e à formulação de acordos entre as partes. Desse modo, “é importante que o Estado estimule a criação desses serviços, controlando- os convenientemente, pois o perfeito desempenho da justiça dependerá, doravante, da correta estruturação desses meios” (WATANABE, 1988, p. 133).

Nesse sentido, a conciliação, apesar de apresentar uma natureza extrajudicial, também, pode ser estimulada e realizada em qualquer fase do processo, inclusive com conciliadores particulares, com homologação posterior pelo juiz. Cabe ao juiz, também, estimular sempre que possível a tentativa de conciliação, conforme previsto no artigo 139, V, do Código de Processo Civil, que assim prescreve:

Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe: [...]

V - promover, a qualquer tempo, a autocomposição, preferencialmente com auxílio de conciliadores e mediadores judiciais; (BRASIL, 2015).

É importante ressaltar que:

CPC também previu a tentativa de solução consensual obrigatória no início do procedimento, com a citação do réu para comparecer à audiência de conciliação ou mediação, salvo se ambas as partes manifestarem expressamente desinteresse ou se o caso não admitir autocomposição. O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à referida audiência é considerado inclusive ato atentatório à dignidade da Justiça, com sanção de multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (CPC, art. 334). (TAKAHASHI *et al*, 2019, p. 19).

Portanto, nota-se que a conciliação é uma importante ferramenta de auxílio na busca por resolução de conflitos em que um conciliador imparcial tenta, de fato, auxiliar na propositura de uma solução, diferente do mediador que apenas irá promover a facilitação de um diálogo entre as partes que, como consequência podem firmar entre si algum tipo de acordo que solucione a demanda.

Apesar de serem institutos com praticamente as mesmas figuras e finalidades, a conciliação e a mediação apresentam distinções que merecem ser apreciadas conforme se nota a seguir.



### 3.2 Mediação e a Lei nº 13.140/2015

Disciplinada pela Lei n.º 13.140, de 26 de junho de 2015, que “dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública”, a mediação se apresenta como um eficiente mecanismo alternativo de resolução de controvérsias e possui desenvolvimento das sessões de maneira semelhante à conciliação (BRASIL, 2015).

Conforme leciona Valério (2016, p. 4), a mediação origina-se do termo em latim *mediare*, ou seja, mediar, intervir. Encontra-se disciplinada no artigo 165, parágrafo terceiro, do Código de Processo Civil que prescreve sua aplicação para os casos em que já existir vínculo entre as partes litigantes, de modo que o mediador “auxiliará aos interessados a compreender as questões e os interesses em conflito, de modo que eles possam, pelo restabelecimento da comunicação, identificar, por si próprios, soluções consensuais que gerem benefícios mútuos (BRASIL, 2015).

Trata-se de um procedimento voluntário que é orientado por um terceiro elemento, o mediador, que, por sua vez, é um profissional com capacidade de atuação imparcial e independente diante da situação. Por meio da mediação, em um trabalho de fomento e estímulo ao diálogo, objetiva-se compreender os interesses das partes, a situação conflituosa e buscar uma solução que seja proveitosa para ambos os lados. A regra geral é que a mediação seja aplicada para aqueles indivíduos que já possuem algum tipo de vínculo anterior ao conflito, como nas ações de família, por exemplo. Portanto, válida é a tentativa de um mediador de tentar colocá-los frente a frente para acordarem acerca da resolução de uma demanda, na qual um eventual acordo pode beneficiar a todos (MILHORATO, 2018).

Dessa forma, observa-se que:

O mediador, numa interpretação ampla, pode ser uma pessoa desconhecida escolhida para esse fim, alguém vinculado às partes, o árbitro ou ainda o juiz da lide, na medida em que esses dois últimos são obrigados a propor a tentativa de conciliação das partes, vestindo-se de mediadores para tal, tenta aproximar os litigantes promovendo o diálogo entre eles a fim de que as próprias partes encontrem a solução. (VALÉRIO, 2016, p. 4-5).

Nesse sentido, destaca o parágrafo único do artigo primeiro da Lei de Mediação que ela é uma atividade técnica na qual o terceiro imparcial, no caso o mediador, não tem poder decisório mas “que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou

desenvolver soluções consensuais para a controvérsia.” (BRASIL, 2015).

Logo, pode-se afirmar que a mediação é uma espécie de auxílio mútuo entre as partes, pois estas já possuem algum tipo de vínculo, porém, consideradas as circunstâncias não conseguem por si só chegar num ponto de entendimento harmônico. Nesse caso, contam então com a participação do mediador, que irá prestar auxílio no intuito de aventar a possibilidade de ambas as partes conseguirem sucesso nas suas tratativas de acordarem. Cabe ao mediador exercer orientação, facilitar a comunicação e oferecer possibilidades de opções de negociação.

Cabe destacar que a mediação é amplamente utilizada no ambiente de negociações empresariais. Essa observação é importante pelo fato de que, tradicionalmente as empresas costumam valer-se da arbitragem para a solução de suas controvérsias, instituto de grande relevância e facilitador da resolução de conflitos sem o acionamento do judiciário, tendo em vista a legitimidade e validade de suas decisões. A arbitragem, porém, apesar de suas contribuições, não é objeto de discussão no presente estudo.

Voltando-se ao instituto da mediação, este é visto com tamanha importância que o Conselho Nacional de Justiça (2018), editou a Portaria nº 162, de 19 de dezembro de 2018, com o objetivo de criar um grupo de trabalho com vistas a buscar medidas para o aprimoramento da eficiência dos processos judiciais por meio do uso da mediação nas varas especializadas em recuperação e falência, o que resultou na edição da Recomendação n 58, de 22 de outubro de 2019, também pelo Conselho Nacional de Justiça, a qual orienta magistrados na promoção do uso da mediação para que seja possível promover, além da efetividade, “unidade ao Poder Judiciário, orientadas para os valores de justiça e paz social” (BRASIL, 2019).

Vale destacar que a mediação foi recepcionada de maneira positiva pela Lei de Recuperação Judicial e Falência, Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, ainda que aquela tenha sido criada dez anos depois desta, o que denota o amadurecimento do Poder Judiciário em procurar mecanismos alternativos para resolução de demandas em todas as áreas que assim permitirem (BRASIL, 2005).

Tanto a mediação quanto a conciliação e suas normas cogentes orientam-se pelos princípios da imparcialidade do mediador, isonomia entre as partes, oralidade, informalidade, autonomia da vontade das partes, boa-fé, busca pelo consenso e confidencialidade (BRASIL, 2015). No entanto, destacam Pellegrini e Simioni (2015, p. 152-153), que não há a previsão do princípio da independência e da decisão informada, o que pode representar uma aparente incongruência que, por sua vez, deve ser superada a partir da consideração de que os princípios devem ser complementares ao objetivo das positivamente, posto que, “o intuito da lei é realmente promover uma cultura de pacificação, de fomentar o



diálogo e, conseqüentemente, o acordo. Já que a forma em que se dará o acordo não prepondera sobre o acordo em si – vide os princípios norteadores.”

Além disso, na seara da Justiça Federal houve a previsão da possibilidade de a mediação ser utilizada pela Administração e Poder Público.

É preciso considerar que o ente público está acostumado a estar em juízo, configurando-se como grande litigante ou litigante repetitivo. O outro polo da demanda é, usualmente, ocupado por um particular: o segurado que quer receber determinado benefício previdenciário ou o mutuário que pretende revisar o seu financiamento.

Essa litigância repetitiva poderá gerar, inclusive, “transações por adesão”, o que está previsto no art. 35 da Lei de Mediação, que determina que “as controvérsias jurídicas que envolvam a administração pública federal direta, suas autarquias e fundações poderão ser objeto de transação por adesão, com fundamento em: (i) autorização do Advogado-Geral da União, com base na jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal ou de tribunais superiores; ou (ii) parecer do Advogado-Geral da União, aprovado pelo Presidente da República.” (TAKAHASHI, 2019, p. 22).

Os profissionais que possuem capacidade para atuar como mediadores fazem parte do Cadastro Nacional de Mediadores. Esse cadastro passou a ser previsto na Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça por meio da Emenda 2 e armazena informações desses profissionais. Uma das vantagens desse cadastro é que os usuários do instituto podem escolhê-los com base no histórico das avaliações por eles recebidas, avaliações estas que são feitas após a atuação em um trabalho por meio de links eletrônicos recebidos pelas partes. Além disso, esse cadastro também é regulado pelo Código de Processo Civil e, desde que entrou em vigor, permite a troca de informações entre diversos tribunais e a aptidão do mediador registrado para ser escolhido para atuar em determinada demanda (BRASIL, 2016).

Cumpra inferir que apesar de a mediação e até mesmo a conciliação serem processos autocompositivos que caminham para a realização direta de acordos, as partes, apesar de se valerem do auxílio de um terceiro (mediador ou conciliador), podem optar sobre a continuidade ou não das negociações, podem ou não lidar diretamente umas com as outras e não precisam, de fato, chegar a um acordo sem sofrerem qualquer tipo de prejuízo (BRASIL, 2016).

Compreendidos essencialmente os institutos da conciliação e da mediação e a maneira como devem ser realizados, é interessante para o presente estudo observar o histórico da Análise Econômica do Direito conforme se nota no capítulo a seguir.

#### 4 HISTÓRICO DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO

A Análise Econômica do Direito é um ramo que surgiu nos Estados Unidos da América, consolidada a partir da contribuição de estudos e pesquisas realizados na Universidade de Chicago, com o objetivo proposto de analisar e interpretar o Direito à luz dos conceitos básicos da Economia. (GONÇALVES; STRINGARI, 2018). As principais origens teóricas e metodológicas da atual estrutura dessa perspectiva, partem de autores como Ronald Coase, Guido Calabresi e Richard Posner, este último o único jurista. (LAUDA, 2009). De forma geral, a Análise Econômica do Direito pode ser definida enquanto

o ramo da economia que, a partir das hipóteses de racionalidade e indivíduos maximizadores e assumindo que alterações nas leis afetam o sistema de preços relativos da sociedade (e, assim, a solução ótima de cada problema econômico), estuda o papel das normas como instrumentos para alterar o sistema de preços relacionado a ações individuais alternativas. (ESTEVES, 2010, p. 82).

Inicialmente, essa perspectiva era caracterizada por certa heterogeneidade das abordagens, que foram denominadas por alguns estudiosos, como o próprio Posner, como “Primeira Onda” da Análise Econômica do Direito, oriunda das escolas europeias de pensamento, sobretudo na dimensão da Economia Institucional. Esse primeiro momento do movimento tinha como intuito explicar como a propriedade privada e outros direitos da sociedade moderna, são determinados em um processo histórico e funcional, a partir das disparidades das sociedades. A hipótese central dessa gênese, de acordo com Esteves (2010) baseava-se na ideia de que o Direito se subordinava à conjuntura socioeconômica vigente.

A Escola de Chicago, nesse contexto, tem um escopo inicial a partir da década de 40, partindo da interação entre Direito e Economia, com contribuição de Aaron Director, que a partir do momento em que ocupa uma cadeira docente, na disciplina de Economia da Faculdade de Direito da Universidade de Chicago, passa a aplicar conceitos econômicos a casos jurídicos. (ESTEVES, 2010). De acordo com o autor,

Entre 1960 e 1970, a abordagem de Chicago dominou a literatura econômica interdisciplinar (especialmente nos Estados Unidos), mas apenas a partir de 1970, com os trabalhos do professor Richard A. Posner, começou a ganhar aceitação entre os juristas. Esta passagem marca também uma modificação nos rumos de pesquisa da Análise Econômica do Direito: enquanto os trabalhos disponíveis até a década de 1960 concentravam-se nos efeitos de normas jurídicas no funcionamento do sistema econômico (ou seja, concentravam-se nos impactos das normas no equilíbrio dos mercados), a partir da década de 1970 e com a adesão de juristas à discussão, a academia passou a interessar-se pela aplicação da análise econômica à compreensão do sistema legal. (ESTEVES, 2010, p. 82-83).



O termo “Análise Econômica do Direito”, apesar de ser possível traçar um histórico de sua, seu surgimento se dá a partir da década de 60. Porém, enquanto abordagem prática, já fora contemplada em alguma escala ao longo dos séculos XVIII e XIX, sendo historicamente atribuídos ao economista Adam Smith os principais textos que influenciaram tal rigor dessa análise. Também é importante salientar que a ideia de se recorrer a certos conceitos econômicos para buscar uma melhor compreensão do direito não é uma ideia nova, mas que pode ser remontada a autores como Maquiavel, Locke e Hobbes, além de outros filósofos escoceses do Iluminismo. (CARVALHO, 2015). Assim, somente a partir da década de 60 que pode-se falar em análise econômica do Direito, no que refere-se ao teor metodológico característico dessa corrente.

Portanto é possível fixar o começo da versão contemporânea da Análise Econômica do Direito no ano de 1961, embora tais estudos temáticos e o delineamento dessa pesquisa datem da década de 40, vinte anos antes. A construção do Center for Law and Economics por um dos alunos de Ronald Coase, Henry Manne, selou, na década de 1970, a expressão estadunidense “Law and Economics”, que viria a ser usada com a mesma intenção epistemológico-operativa da nomenclatura “Análise Econômica do Direito”.(CARVALHO, 2015, p. 76).

Nesse sentido, em boa parte da literatura da Análise Econômica do Direito, preconiza seu início, ou pelo menos sua consolidação, nos autores supracitados. Ronald Coase parte de uma análise do problema do custo social, permeando os impactos externos da produção das atividades econômicas, traçando críticas ao papel intervencionista do Estado na economia, e enfatizando a inconsistência dos parâmetros econômicos do Bem-estar social. (ALVAREZ, 2006). Assim, é uma perspectiva, do ponto de vista econômico, orientada a partir de pressupostos do liberalismo, onde a participação do Estado nas decisões econômicas deve ser mínima.

Guido Calabresi parte da ótica de uma teoria econômica que avalia a distribuição do risco enquanto “critério de imputação da responsabilidade que informa o direito de danos” (ALVAREZ, 2006, p. 52). Essa perspectiva recebeu um impulso ainda maior com Richard Posner em 1973, com a publicação de sua obra “Economic Analysis of Law”, que consolida o movimento,

1º por ser estudo sistemático da maioria dos setores do sistema jurídico americano, desde a perspectiva da análise econômica; 2º por conter as principais teses da tendência predominante polarizada na Escola de Chicago e consistente na teoria positiva do sistema jurídico desde a perspectiva do paradigma do mercado e da eficiência econômica. (ALVAREZ, 2006, p. 52-53).

O autor reforça que esse movimento não é homogêneo, mas, pelo contrário, converge inúmeras tendências e abordagens, como a corrente conservadora ligada à Escola de Chicago, que se fundamenta, sobretudo, na figura de Posner, a corrente liberal-reformista, representada principalmente por Calabresi, e uma terceira perspectiva principal, que recebe o nome de tendência neoinstitucionalista por Leikanovski, que difere das anteriores em sua temática e metodologia.

Outro autor importante para a nova perspectiva da Análise Econômica do Direito, e determinante para a forma como ela é atualmente aplicada, foi, como ressalta Esteves (2010), Gary Becker, a partir de sua análise do comportamento dos indivíduos fora do mercado, através de ferramentas econômicas.

De modo geral, a Análise Econômica do Direito surge como um movimento do Direito norteamericano frente à crise do Estado de Bem-estar Social, se posicionando como uma alternativa à doutrina até então vigente. Nesse sentido, a Análise Econômica do Direito em seu sentido descritivo, parte de uma aplicação conceitual de elementos e métodos econômicos para a compreensão do Direito, em uma forma mais simples, e não jurídica.

O movimento caracteriza-se pela aplicação da teoria econômica na explicação do direito, especificamente pela aplicação das categorias e instrumentos teóricos da teoria microeconômica neoclássica, em geral, e de um de seus ramos desenvolvidos neste século, a Economia do Bem-estar, em particular, na explicação e avaliação das instituições e realidades jurídicas. (ALVAREZ, 2006, p. 52)

De acordo com Lauda (2009), a proposta a partir da teoria de Richard Posner, utiliza essencialmente dos pressupostos econômicos de forma descritiva, a fim de elucidar a prática do Direito, onde este deve se basear mais no pragmatismo cotidiano e menos no pragmatismo filosófico. (POSNER, 2010). De modo geral, a civilização humana se desenvolve sobretudo a partir da relação da sociedade com o espaço em que se insere, onde os recursos à disposição determinam diretamente a estrutura social, a partir da relação direta com as necessidades da respectiva sociedade.

Para Posner (2010), ao passo em que a Economia analisa as formas como a sociedade se relaciona aos recursos frente às suas necessidades, onde surge a necessidade de racionar os custos e benefícios frente aos interesses sociais e individuais. Assim, o autor compreende o indivíduo inserido nesse quadro enquanto um ser racional por essência, em uma constante busca pela realização e satisfação de suas necessidades, e, dessa forma, o Direito, enquanto prática social, para a sociedade, é, ou pelo menos deve ser, constituído a partir da perspectiva de mundo do ser humano racional.

Nesse sentido, para a Análise Econômica do Direito, a prática do Direito estabelece determinados incentivos e desestímulos para os sujeitos sociais, onde ao se considerar “os indivíduos agentes econômicos racionais, que respondem a incentivos, presume-se que façam suas escolhas visando maximizar seus benefícios, ou seja, busquem o que lhe trará maior utilidade ao menor custo.” (GONÇALVES; STRINGARI, 2018, p. 76).

Marx, em sua célebre análise e descrição da Mercadoria, em sua obra “O Capital”, entende que a maioria das coisas produzidas tem valor pois satisfaz as necessidades dos indivíduos. Para o autor,

A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção. (MARX, 2010, p. 57).

Nessa perspectiva a utilidade de uma coisa determina seu valor, e na sociedade de consumo, todo indivíduo, enquanto comprador ativo, dota de certo conhecimento das mercadorias, e por isso a busca pelo custo-benefício. Com isso, a análise das normativas jurídicas, são motivadas a partir da Teoria Microeconômica, modelada, sobretudo, através da perspectiva de que os recursos dispostos à sociedade são escassos, onde essa escassez impõe à sociedade a necessidade de escolha entre possíveis e excludentes alternativas entre si.

Segundo Esteves (2010), uma das características mais marcantes do atual estágio da Análise Econômica do Direito, é a aplicação direta da microeconomia à leitura e análise das leis, normativas jurídicas e instituições legais. Para o autor,

A abordagem, é aplicada não apenas a leis com efeitos óbvios sobre a realidade econômica, mas a todas as áreas do direito. A Análise Econômica do Direito tem como grande vantagem para a pesquisa interdisciplinar a capacidade de prover uma estrutura sistematizada para analisar uma questão central para juristas e formuladores de política em geral (Mercurio e Medema, 2006): em que direção deve a lei mudar? Tal problema é particularmente importante se analisado do ponto de vista da formulação de normas e políticas públicas, e é uma das lacunas com a qual a abordagem puramente jurídica é incapaz de lidar. (ESTEVES, 2010, p. 86).

No que se refere às escolhas, Gonçalves e Stringari (2018), afirmam que estas desempenham papel central na teoria de base da AED, eis que esta corrente fundamentalmente considera os agentes econômicos como racionais maximizadores de seu próprio bem-estar. Ou seja, novamente se diz que as pessoas respondem a incentivos. Revela-se também neste ponto o individualismo metodológico que permeia a AED. (GONÇALVES; STRINGARI, 2018, p. 76).

Partindo dessa teoria, portanto, a análise do comportamento social frente a incentivos, se orienta a partir da verificação individual dos agentes. (GONÇALVES; STRINGARI, 2018). Todas as transações e relações econômicas ocorrem no mercado. Assim, é na esfera social a dimensão onde serão tomadas decisões fundamentadas nos incentivos, direcionados para a maximização de seu bem-estar. As transações econômicas entre os indivíduos, o que converge diretamente para alcançar o equilíbrio, ao passo em que os desperdícios serão eliminados, revelando assim a eficiência dessas relações.

Posner, nessa perspectiva, traça uma proposta para alternativas à construção do Direito, seguindo os pressupostos econômicos, na qual, de acordo com Heinen (2012), ele parte de três categorias para descrever a teoria do direito: economia, pragmatismo e liberalismo.

Para Salama (2017), a economia se posiciona como a ciência que analisa as relações que se orientam para ordenar e administrar a utilização dos recursos, considerando sua escassez, o que se alinha à definição de Economia levantada por Gremaud (2007, p. 4), que para ele é “a ciência da escolha quando os recursos são escassos, ou seja, insuficientes para satisfazer necessidades e desejos ilimitados dos indivíduos.”

Posner descreve o sistema jurídico norte-americano como caracterizado pela impetuosidade, competitividade e objetividade comercial, notadamente marcado pelo materialismo filistino (expressão provavelmente empregada pelo autor no sentido figurado, como sociedade majoritariamente inculta e vulgar, com interesses econômicos despidos de vocação intelectual, de modo que as capacidades de raciocínio adaptativo assumem preponderância, como a inteligência calcada na astúcia, na trapaça e na fraude inequívoca, sem reflexão ética. (SILVIA; STAAK, 2017, p. 32).

Assim, a Análise Econômica do Direito, a conduta, seja lícita ou ilícita, terá uma decisão através do interesse e também do incentivo para que ela seja realizada ou não, ou seja, do raciocínio lógico do autor. Posner, nesse contexto, se posiciona enquanto pragmático, mais precisamente alinhado ao pragmatismo cotidiano, para orientar as decisões judiciais, que devem cortar vínculos com a filosofia.

O autor pensa o pragmatismo jurídico dentro da perspectiva cotidiana, que deve atuar como uma corrente de pesquisas a fim de auxiliar os atores do Direito, principalmente na tomada de decisões acerca de políticas públicas, orientada para a promoção da maximização da riqueza, para a sociedade. De acordo com Zanon (2013), isso ocorre através de ferramentas e mecanismos úteis e efetivos para assistir a mensuração das consequências de seus atos, o que se dá dentro de uma abordagem empírica que se desprovê de percepções, ou ilusões, filosóficas.

Para Posner (2010), esse pragmatismo cotidiano, além das questões filosóficas, ignora também a ideologia e o moralismo, fazendo uso do senso comum para a solução de problemas, e com isso, abre mão de teorias abstratas de pretensão intelectual. Como ressalta Salama (2017), para Posner, o Direito é um mecanismo instrumental orientado para o futuro, e para isso deve-se optar por ser formalista em bases pragmáticas.

A sua propensão pelo liberalismo pauta-se pelo tipo de personalidade que acredita ser preferível aos indivíduos, tais como: autoafirmação e autossuficiência. Uma vez que para ele os juristas deveriam deixar de procurar verdades inatingíveis, relacionadas com categorias altamente abstratas (moral, justiça, igualdade e liberdade) e estar mais preocupados com a realidade. (SILVIA; STAAK, 2017, p. 39).

Por fim, o liberalismo entra em harmonia com o modo de se pensar o direito através da economia. Para Posner, incorporar o liberalismo na teoria do Direito é indispensável para evitar possíveis implicações autoritárias da teoria econômica e do utilitarismo, pois, para o autor, a eficiência não deve jamais prevalecer a liberdade. Assim, ele defende ser essa abordagem econômica a mais adequada para uma sociedade onde os fundamentos morais não são convergidos em um consenso. (HEINEN, 2012).

Os estudiosos, juristas e economistas adeptos à Análise Econômica do Direito, de modo geral, fundamentam suas ideias teóricas no individualismo metodológico, isto é, a ação individual enquanto fonte compreensiva para a análise da conjuntura coletiva, na teoria da escolha racional, na qual as escolhas humanas circundadas em certos padrões de racionalidade de custos e objetivos, na teoria das preferências estáveis, baseadas também em um padrão de estabilidade, e na teoria do equilíbrio, enquanto uma tendência natural ao equilíbrio jurídico, econômico e político. Eles atuam em prol da maximização da segurança jurídica e também da previsibilidade das ações e decisões judiciais com base nas teorias acima elencadas. Para isso, “arguem em torno de uma mais justa eficiência alocativa dos recursos sociais, objetivando um alcance material para além das partes envolvidas diretamente numa decisão judicial” (CARVALHO, 2015, p. 77), o que configura ao processo uma função de caráter social.

## CONCLUSÃO

**Considerando o fato de que, exatamente no ano de 2021, em que referida pesquisa foi desenvolvida, o mundo passa por uma pandemia que afetou os mais diversos tipos de serviços da sociedade é ainda mais desafiador. Isso porque, diante da suspensão do funcionamento de atividades, como as realizadas por cartórios e fóruns, as formas alternativas de resoluções de conflitos parecem ter encontrado o ambiente perfeito para se firmarem de vez.**





É notório que outra alternativa não restou possível e prática senão o incentivo de realizar sessões de conciliação e mediação de maneira remota. Facilitando assim, o acesso do cidadão ao poder judiciário.

Inicialmente, explanou-se que o país passava há algum tempo pela chamada crise da jurisdição, agravada, principalmente pela morosidade da justiça que, por sua vez, nada mais é, do que o resultado de falta de investimentos em um judiciário que não havia sido imaginado para um país tão populoso e com demandas tão complexas.

Com o passar do tempo, o Brasil aumentou e muito o número de demandas recebidas pelo Poder Judiciário, demandas estas que englobam principalmente novos direitos decorrentes do dinamismo da sociedade, da evolução das relações interpessoais e da maneira de se realizar negócios jurídicos. Somando-se a isso a existência de uma cultura adversarial, que impulsiona cada vez mais a judicialização das mais diversas situações, o Poder Judiciário viu-se diante de um balanço desarmônico, onde, de um lado, havia um número muito alto de processos e, de outro, um estrutura incapaz de corresponder de maneira hábil e efetiva à suas resoluções de maneira segura e justa.

Diante dessa realidade, esse ramo do poder passou a ter o seu papel questionado e sua autoridade desafiada pelo sentimento de descrença e inefetividade que despertou no cidadão brasileiro.

Como forma de superar toda essa crise, o Poder Judiciário passou a estimular formas alternativas de resolução de demandas judiciais, de modo que, ele ainda pudesse atuar como fiscal e detentor legítimo do papel de dizer o direito e faz valer as suas leis e ao mesmo tempo promover um desafogamento das suas demandas, de maneira célere e que oferecesse segurança jurídica e efetivação de direitos aos cidadãos.

Nesse contexto, ganham impulso a conciliação e a mediação, que são formas alternativas de resolução de controvérsias com objetivos semelhantes e sutis diferenças conceituais entre si. Instrumentos efetivos no processo de criação de uma cultura mais conciliatória e menos judicializante, que conta com a participação efetiva das partes, sem, no entanto, padecerem da tutela estatal.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, Alejandro Bugallo. **Análise Econômica do Direito: contribuições e desmistificações**. Direito, Estado e Sociedade - v.9 - n.29 - p 49 a 68 - jul/dez 2006

BERTONCINI, Mateus. **Crise da Jurisdição e a Resolução n. 179/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público: é possível o ajustamento de conduta em matéria de improbidade administrativa?** Sequência (Florianópolis), Florianópolis, n. 79, p. 63- 88, Ago. 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S217770552018000200063&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217770552018000200063&lng=en&nrm=iso). Acesso em 30 mar. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 04 maio

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Azevedo, André Gomma de (Org.). **Manual de Mediação Judicial**. 6ª Edição (Brasília/DF:CNJ), 2016.

BRASIL. **Lei 13.105, de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República, [2015]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm). Acesso em: 02 maio 2021.

BRASIL. **Lei 13.140 de 26 de junho de 2015**. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997. Brasília, DF: Presidência da República, [2015]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm). Acesso em: 01 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004**. Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, as Leis nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10931.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10931.htm). Acesso em: 14 maio. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017**. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2017]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm). Acesso em: 14 maio 2021.

BRASIL. Código de processo civil e normas correlatas. – 7. ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 313 p. 2015. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/512422/001041135.pdf>. Acesso em 03 maio 2021.



BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, [2015]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 14 maio 2021.

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Rio de Janeiro, RJ: Imperador do Brasil, [1850]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm). Acesso em: 15 abril 2021.

BRASIL. Decreto 1.318, de 30 de janeiro de 1854. Manda executar a Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850. Rio de Janeiro, RJ: Imperador do Brasil, [1854]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/D1318.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D1318.htm). Acesso em: 15 abril 2021.

BODAS, Álvaro. Por que a Justiça brasileira é lenta? Exame. Brasil. 27 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://exame.com/brasil/por-que-a-justica-brasileira-e-lenta/>. Acesso em: 21 jun. 2021.

BAIRD, Douglas G. **The Future of Law and Economics**: Looking Forward. University of Chicago Law Review, v. 64, 1997, pp. 1129-1165.

CARVALHO, Vinicius Soares. **Análise Econômica do Direito e sua problemática Constitucional**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFBA, 2015. ESTEVES, Heloisa Borges Bastos. **Max Weber e o Diálogo Possível entre Direito e Economia**. Rio de Janeiro, 2010. Tese (Doutorado em Economia. Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

GONÇALVES, Everton das Neves; STRINGARI, Amana K. A Análise Econômica do Direito de Richard Allen Posner. In: GONÇALVES, Everton das Neves; POMPEU, Gina Vida. **Direito, Economia e Desenvolvimento Econômico Sustentável**. Florianópolis: CONPEDI, 2018.

GREMAUD, Amaury Patrick [et al]. **Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas, 2007.

HEINEN, Luana Renostro. A Análise Econômica do Direito de Richard Posner e os pressupostos irrealistas da economia neoclássica. **Anais do CONPEDI**, Direito e Economia, 2012.

CAPPETTETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre. Fabris. 1988.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Provimento nº 64, de 26 de março de 2018. Dispõe sobre os procedimentos de conciliação e de mediação nos serviços notariais e de registro do Brasil. Diário de Justiça eletrônico nº 51, de 27 de março de 2018. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2532>. Acesso em: 19 jun. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Morosidade da Justiça é a principal reclamação recebida pela Ouvidoria do CNJ. Notícias CNJ. 01 de outubro de 2014. Disponível



em: <https://www.cnj.jus.br/morosidade-da-justica-e-a-principal-reclamacao-recebida-pela-ouvidoria-do-cnj/>. Acesso em 21 jun. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010. Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Diário de Justiça eletrônico do Conselho Nacional de Justiça nº 219/2010, em 1/12/2010, p. 2-14. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=156>. Acesso em: 03 jun. 2021.

COSTA, Celma Laurinda Freitas; COSTA, Luiz Antonio Pacheco da. **Os princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal na esfera judicial e sua eventual mitigação ou transmutação nos MESC's**. In: FILHO, Willis Santiago Guerra;

COSTA, Celma Laurinda Freitas; COSTA, Luiz Antonio Ferreira Pacheco da. (Orgs.) **Soluções alternativas de controvérsias empresariais: princípios, mecanismos, sistemas e metodologias**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

FARIA, José Eduardo. **O sistema brasileiro de Justiça: experiência recente e futuros desafios**. Estud. av., Maio/Ago. 2004, vol.18, n.51, p.103-125. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142004000200006](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000200006). Acesso em: 21 jun. 2021.

LISBOA, Cláudia Fabiana. **Morosidade no judiciário: afinal, de quem é a culpa?** Migalhas de peso. 20 de maio de 2011. Disponível em: <https://m.migalhas.com.br/depeso/133618/morosidade-no-judiciario-afinal-de-quem-e-a-culpa>. Acesso em: 20 jun. 2021.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**: Salário, preço e lucro; Coleção Os Economistas. Introdução Jacob Gorender; Tradução Edgar Malagodi et al. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MILHORATO, Livia. **Mediação e recuperação judicial de empresas: aplicação possível e desejável**. Migalhas, 2018. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/273058/mediacao-e-recuperacao-judicial-de-empresas-aplicacao-possivel-e-desejavel>. Acesso em: 15 jun. 2021.

MINELLI, Daiane Schwabe; CACHAPUZ, Rozane da Rosa. **O papel das serventias extrajudiciais no aprimoramento do acesso à justiça**. Revista Cidadania e Acesso à Justiça. Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 01 – 19, Jul/Dez. 2018. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/330974958\\_O\\_PAPEL\\_DAS\\_SERVENTIAS\\_EXTRAJUDICIAIS\\_NO\\_APRIMORAMENTO\\_DO\\_ACESSO\\_A\\_JUSTICA/fulltext/5c5e40c3299bffd14cb675ac/O-PAPEL-DAS-SERVENTIAS-EXTRAJUDICIAIS-NO-APRIMORAMENTO-DO-ACESSO-A-JUSTICA.pdf](https://www.researchgate.net/publication/330974958_O_PAPEL_DAS_SERVENTIAS_EXTRAJUDICIAIS_NO_APRIMORAMENTO_DO_ACESSO_A_JUSTICA/fulltext/5c5e40c3299bffd14cb675ac/O-PAPEL-DAS-SERVENTIAS-EXTRAJUDICIAIS-NO-APRIMORAMENTO-DO-ACESSO-A-JUSTICA.pdf). Acesso em: 14 jun. 2021.

MOREIRA, Jose Carlos Barbosa. **Breves notícias sobre a reforma do processo civil alemão**. Revista de Processo, v. 28, n. 111, p. 103-112, jul./set. 2003. Disponível em: [http://biblioteca2.senado.gov.br:8991/F/?func=itemglobal&doc\\_library=SEN01&doc\\_number=000675890](http://biblioteca2.senado.gov.br:8991/F/?func=itemglobal&doc_library=SEN01&doc_number=000675890). Acesso em: 03 jun. 2021.

LAUDA, Bruno Bolson. **A Análise Econômica do Direito: uma dimensão da crematística no Direito**. Revista eletrônica do curso de Direito UFSM, v. 4. N. 1. 2009.

PELLEGRINI, Carolina Portella; SIMIONI, Fabiane. **A crise da jurisdição no estado moderno, o novo Código de Processo Civil e o marco legal da mediação**. JURIS, Rio Grande, v. 23: p. 123-139, 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/juris/article/view/6327>. Acesso em: 22 jun. 2021.

PONCIANO, Vera Lúcia Feil. **O controle da morosidade do judiciário: eficiência só não basta**. Tribunal Regional Eleitoral. Escola Judiciária Eleitoral. 02 de março de 2017. Disponível em: <http://www.tre-pr.jus.br/o-tre/escola-judiciaria-eleitoral/artigos/o-controle-da-morosidade-do-judiciario-eficiencia-so-nao-basta>. Acesso em 21 jun. 2021.

SANTOS, Najara Cristiane dos. LOPES, Washington Luiz Ferreira Dias. **A Conciliação no Direito Processual Brasileiro e sua Análise no Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região**. VirtuaJus – Belo Horizonte, v.13 - n.1, p. 270-296 1º sem. 2017. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:b7Pc8gHf34gJ:seer.pucminas.br/index.php/virtuajus/article/view/15743/15743-55789-1+&cd=7&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 04 jun. 2021.

SALAMA, Bruno Meyerhof. **Estudos em direito & economia: micro, macro e desenvolvimento**. - 1. ed. - Curitiba : Editora Virtual Gratuita - EVG, 2017.

SILVA, Gabriela Rangel da; STAACK, André Luiz. **Análise Econômica do Direito por Richard Posner e os Direitos Sociais: uma abordagem cruzada**. Revista de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável. Brasília, v. 3, n. 1, p. 35-51, 2017.

SPENGLER, Fabiana Marion. A crise do Estado e a crise da jurisdição: (IN) eficiência face à conflituosidade social. Revista Brasileira de Direito, IMED, Vol. 7, nº 1, jan-jun 2011. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/255>. Acesso em: 23 jun. 2021.

STRECK, Lênio Luiz. **Compreender Direito: desvelando as obviedades do discurso jurídico**. V.1.2.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

TAKAHASHI, Bruno; ALMEIDA, Maria Santana de; GABBAY, Daniela Monteiro; ASPERT, Maria Cecília de Araújo. **Manual de mediação e conciliação na Justiça Federal**. – Brasília: Conselho da Justiça Federal, 179 p. 2019.

VALÉRIO, Marco Aurélio Gumieri. Os meios alternativos de resolução de conflitos e a busca pela pacificação social. Revista de Direito Privado, 2016. RDPRIV VOL. 69 (Setembro, 2016). Teoria Geral. Disponível em: [http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:1my\\_mG5lQKYJ:www.mpsmpm.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/ibli\\_servicos\\_produtos/bibli\\_boletim/bibli\\_bol\\_2006/RDPriv\\_n.69.01.PDF+&cd=4&hl=ptBR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:1my_mG5lQKYJ:www.mpsmpm.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/ibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RDPriv_n.69.01.PDF+&cd=4&hl=ptBR&ct=clnk&gl=br). Acesso em: 04 jun. 2021.

WATANABE, Kazuo. Et al. (Orgs). **Acesso à justiça e sociedade moderna**. São Paulo: RT, 1988, p. 133.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Poder Judiciário: Crise, acertos e desacertos**. Tradução de Juarez Tavares. São Paulo: RT, 1995. p. 3- 4.

ZANON Júnior, Orlando Luiz. **Pós-positivismo: a versão pragmática de Posner**. Revista Direito e Liberdade, Natal, v. 15, n. 3, p. 141-170, set./dez. 2013.

#### **Sobre os autores:**

##### **Marcelo Negri Soares**

Professor Visitante Coventry University (UK), Faculdade de Direito e Negócios; Professor da UFRJ; Professor Permanente do Programa de Mestrado em Ciências Jurídicas da Unicesumar. Pesquisador ICETI; FAPESP e NEXT SETI. Pós-Doutor. Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2013).

Unicesumar, Maringá, PR, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8798303423669514> ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0067-3163>

E-mail: [negri@negrisoares.com.br](mailto:negri@negrisoares.com.br)

##### **Maurício Avila Prazak**

Sócio do escritório Finocchio e Ustra Advogados Associados. Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Relações Empresariais Internacionais (IBREI). Professor Titular do Programa de Mestrado da Escola Paulista de Direito (EPD). Coordenador Científico da Revista Brasileira de Direito Comercial. Associado do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP), sendo presidente da Comissão de Estudos de Direito Empresarial da casa, além de membro do Conselho Editorial da Revista do Instituto. Membro da Comissão de Juristas instituída pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados para a reforma do Código Comercial. Doutor em Direito pela Faculdade Autônoma de Direito do Estado de São Paulo (FADISP). Mestre em Direito pela mesma instituição. Pós-Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) bem como pela Faculdade Autônoma de Direito do Estado de São Paulo (FADISP). Graduado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Professor e Orientador nas áreas de Direito Empresarial, Direito Societário e Direito Comercial. Coordenador e professor nos Cursos de Pós-Graduação na Escola Paulista de Direito. Autor de livros e artigos especializados.

Escola Paulista de Direito - EPD, São Paulo, SP, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3015754339985752> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2505-1379>

E-mail: [mauricio.prazak@ibrei.org](mailto:mauricio.prazak@ibrei.org)

##### **Júlia Ribeiro de Rezende**

Advogada. Mestranda em Direito pela Escola Paulista de Direito. Mestranda em Gestão de Conflitos pela Universidade de Araraquara. Pós-Graduação em Direito Notarial e Registral. Pós-Graduação em Direito Civil e Empresarial. Graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2019).

Escola Paulista de Direito - EPD, São Paulo, SP, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8453982600716113>

E-mail: [negri@negrisoares.com.br](mailto:negri@negrisoares.com.br)

**Os autores contribuíram igualmente para a redação do artigo.**

